



## Jornal FNE Edição 101 – Out/10

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura de iniciativas relevantes à categoria em todo o Brasil. Em matéria de capa, o projeto do TAV (Trem de Alta Velocidade), que, de acordo com discussão promovida pelo Seesp em São Paulo, tem como principal vantagem o ganho tecnológico que trará. Desse ponto de vista, dizem especialistas, justifica-se o investimento de R\$ 33,1 bilhões.

Outro tema importante, na sequência de matérias sobre as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, é o que está sendo feito em Porto Alegre e em outros municípios do Rio Grande do Sul para o evento.

Ainda sobre investimentos, o consultor da área financeira Amir Khair questiona o tradicional conceito de gasto público e defende que a economia seja feita com a redução no pagamento de juros. Com a queda da taxa selic para 5%, afirma ele, o Brasil pouparia valor equivalente a 3% do PIB (Produto Interno Bruto).

Fundamentais aos trabalhadores são os assuntos pendentes no Congresso Nacional que precisam ser colocados em votação, como a redução da jornada, mudanças no fator previdenciário e outros relativos à organização sindical. Para tirá-los da gaveta, adverte o diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antonio Augusto de Queiroz, será preciso uma grande ofensiva das entidades. Em C&T, é constituída uma rede nacional para a pesquisa em biodiversidade.

E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

# OPINIÃO

---

Quando alguém se candidata a um cargo eletivo, principalmente na política partidária, a primeira pergunta que todos fazem é: por que você quer ser presidente? E governador ou senador? E assim sucessivamente. Na representação classista, não é diferente, embora, em tese, seja menos complexa devido à proximidade dos membros da categoria. Porém, acredito que a responsabilidade seja ainda maior, pois estamos em contato diário com os profissionais, e as cobranças são frequentes.

Também, ao longo dos mandatos anteriores, trabalhamos pela reestruturação do sindicato, regularizando as publicações regimentais. Realizamos importantes eventos de capacitação para os engenheiros e buscamos junto ao Governo Estadual a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Salários. Assinamos ainda acordos coletivos com as empresas privadas. Em nenhum momento nos furtamos das nossas responsabilidades. Com a continuidade do trabalho, vamos batalhar para colocar em prática o que já foi planejado e promover novas conquistas.

Para que tenhamos êxito nesse objetivo, será essencial contar com a participação dos profissionais, que precisam se fazer presentes nas discussões do sindicato, dando a sua contribuição e fazendo valer a sua opinião. Com isso, a entidade torna-se cada vez mais representativa, com benefício direto à categoria.

Aproveitamos para agradecer aos profissionais que mais uma vez depositaram confiança em nosso trabalho, elegendo-nos para mais um mandato. Muito obrigado. E juntem-se a nós, pois unidos seremos mais fortes.

*João Alberto Rodrigues Aragão é presidente do Seageto*

# ENGENHARIA

---

Essa é a meta para Porto Alegre, uma das 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014. Quem garante é o secretário extraordinário para o evento na localidade, Eduardo Antonini: “Temos desenvolvido estratégia para viabilizar também que vários destinos do Interior do Estado aproveitem essa oportunidade.” Sob essa ótica, 30 municípios da região se candidataram para atuar como campos-base durante os jogos, ou seja, sediar treinos e hospedagens de seleções. Serão 100 cidades escolhidas em todo o País com esse fim, conforme atendimento a pré-requisitos como garantia de mobilidade urbana, segurança e estrutura qualificada. Para o secretário gaúcho, a localização privilegiada do Rio Grande do Sul, próximo a vizinhos do Mercosul (Mercado Comum do Sul) que disputarão o mundial, como o Uruguai, representa vantagem importante. A realização das obras necessárias deixaria legado não apenas para a

Capital gaúcha, mas para toda a região. O objetivo, portanto, não é atender somente a competição, com modelagens provisórias, como deve ocorrer em alguns outros destinos brasileiros. De acordo com ele, as estruturas serão definitivas, com a pretensão de impulsionar o esporte e o desenvolvimento no Estado.

Ali, serão investidos, segundo ele, em torno de R\$ 4 e 5 bilhões, nos estádios e em obras como um todo. O recurso será proveniente do orçamento público e de PPPs (parcerias público-privadas). “Em Porto Alegre, são 12 obras, todas já contratadas”, completa. Essas incluem reforço energético, com a construção e/ou ampliação de 11 subestações e oito linhas de transmissão, implantação de novas redes de distribuição, bem como aprimoramentos e adequações nas já existentes; a revitalização do cais do porto, com sua reintegração ao espaço urbano da cidade; melhorias em 13 aeroportos regionais e ampliação da pista e do terminal de passageiros do internacional – Salgado Filho –, bem como construção de novo terminal de cargas; extensão da linha 1 do metrô em 9,3km, de São Leopoldo a Novo Hamburgo, com quatro estações intermediárias; integração intermodal com a construção de aeromóvel para conexão da estação de trem Aeroporto com o Salgado Filho; duplicação de avenidas; e soluções de TI (tecnologia da informação) diversas. Além das obras no estádio Beira-Rio e de construção da Arena, dos dois principais clubes gaúchos de futebol, respectivamente o Internacional e o Grêmio, às quais foi aprovada na Assembleia Legislativa local isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). “Nosso compromisso é que até o final de 2012 todas estejam concluídas”, afirma Antonini.

#### Os estádios

No Beira-Rio, que sediará jogos do mundial, conforme ele, a reforma teve início em julho último. O projeto, intitulado “Gigante para sempre”, inclui a cobertura de toda a sua área, estacionamentos com 3.500 e 2 mil vagas, campos suplementares para treinamento de várias equipes ao mesmo tempo, centro de treinamento, modernização e ampliação da arquibancada inferior, com acréscimo de 10 mil lugares – a capacidade total será elevada para 62 mil –, sua aproximação do campo e busca de melhor visibilidade e conforto, novas cabines de imprensa e espaço de lazer, além de adequação do ginásio de esportes Gigantinho, situado ao lado do estádio. Ainda, o campo será adaptado às medidas oficiais recomendadas (108 x 65m) e serão reformulados vestiários, com novos acessos e instalações. Também haverá preocupação com acessibilidade, com a execução de novas escadas e instalação de elevadores. O custo total será de R\$ 150 milhões, excetuando-se a construção de hotel que deve integrar o complexo.

De acordo com a assessoria de imprensa do Internacional, a cobertura do Beira-Rio abrange 65 módulos em estrutura metálica, revestidos com lona constituída de material utilizado mundialmente, com garantia de durabilidade de 25 anos.

A construção da Arena do Grêmio, que funcionará durante a Copa como campo de apoio, podendo abrigar seleções para treinamento, foi iniciada em 20 de setembro. Localizada a um quilômetro do aeroporto Salgado Filho, contará no entorno com shopping center, complexo multiuso, unidade residencial e hotel. No estádio, serão investidos R\$ 450 milhões. Serão 52.500 cadeiras, todas cobertas. O campo terá 68 x 105m. A Arena inclui quatro vestiários

padrão Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), área de imprensa e estacionamento. “Todos os lugares serão fixos. Apenas em uma área, os assentos serão removíveis para campeonatos brasileiros e gaúchos, para atender a torcida Avalanche, que gosta de ficar em pé durante os jogos e corre quando o Grêmio faz gol. A expectativa é de ocupação permanente”, destaca Carlos Eduardo Paes Barreto Neto, diretor da OAS Empreendimentos, que está executando a obra.

Assim como no caso do Beira-Rio, ele garante que o projeto da Arena é totalmente sustentável, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental. Estão previstos em ambos projetos inclusão social, reúso de água e prioridade para tecnologias ecológicas e materiais verdes. Para o estádio do Grêmio, como continua Barreto, obras de drenagem de águas pluviais, uma estação de tratamento de esgoto e uma subestação para a Arena também devem ser feitas pelas concessionárias de tais serviços. No do Inter, devem ser definidas por exemplo áreas verdes visando o menor impacto e maior preservação do meio. Na concepção de Antonini, o principal é que não vai haver elefantes brancos no Estado. “São dois clubes pujantes, que vão fazer um bom uso desses estádios após a Copa.” (Soraya Misleh)

## CRESCER BRASIL

---

Objeto de estudos desde os anos 70 e 80 e ainda alvo de questionamentos sobretudo quanto a sua prioridade para o País, o TAV (Trem de Alta Velocidade) brasileiro deve agora sair do papel. O edital de licitação foi lançado em 14 de julho último, e o leilão está marcado para ocorrer em 16 de dezembro. A concessão deve ser dada por 40 anos ao consórcio que oferecer o menor valor da tarifa-teto para o serviço expresso (o máximo permitido é de 0,49 por km). E a conclusão do empreendimento está prevista para 2016, quando a inovação entrará em funcionamento. Os dados foram apresentados por Hélio França, superintendente executivo da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), durante o seminário “O TAV e a engenharia nacional”, realizado na sede do Seesp, em São Paulo, no dia 9 de setembro último. Organizado por esse sindicato, por intermédio do Comitê Temático “Cidade em Movimento”, do seu Conselho Tecnológico Estadual, com o apoio da FNE, o evento reuniu aproximadamente 250 participantes.

À implementação do TAV no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, informou ele, o investimento previsto é de R\$ 33,1 bilhões, sendo que a concessionária poderá pleitear financiamento público de R\$ 19,9 bilhões. O Governo entrará com R\$ 3,4 bilhões, valor decorrente do aporte de capital à sociedade de propósito específico que deve constituir para cuidar do gerenciamento do empreendimento e da absorção de tecnologia – apontada como um dos principais ganhos do projeto ao País, ao lado do desenvolvimento socioeconômico das regiões abrangidas por seu traçado, que englobam 41 municípios.

Apresentado por França como alternativa para o principal corredor de transporte do Brasil, cujos sistemas rodoviário e aeroviário mostrariam “sinais de saturação”, o TAV contará com nove estações obrigatórias, sendo três no Rio de Janeiro e seis em São Paulo – incluindo uma no Vale do Paraíba paulista e uma no fluminense, além de três nos aeroportos do Galeão, de Guarulhos e de Viracopos, este último na região de Campinas. O percurso regional de longa distância, de 510,8km, seria feito em cerca de 2h30, a uma velocidade aproximada de 200km. No expresso entre as duas capitais, esse tempo cairia para 93 minutos, a 280km/h.

Segundo o superintendente da ANTT, o trecho é dos mais atrativos à implantação. Os dois estados contemplados abrigam 30% da população brasileira e 45,5% do seu PIB (Produto Interno Bruto). “O fluxo anual de passageiros é da ordem de 33 milhões, e a maioria das pessoas viaja por motivo de trabalho, portanto, tem necessidade de se deslocar e capacidade de renda”, continua. Assim, estaria assegurada a demanda para o TAV, cujo volume anual estimado giraria em torno de 18 milhões – considerando-se aqueles que declararam em pesquisa que, se tivessem essa opção, utilizariam-na em lugar do avião ou ônibus. E a projeção, ainda conforme o palestrante, é de esse público se ampliar progressivamente. Além desses aspectos e de procurar desmistificar outros, como o de que o trem não seria prioritário ao País, ele listou uma série de vantagens à sua construção. Entre elas, o fato de esse ocupar menos área que uma rodovia – 15m de largura ante 28m; resultar em menor emissão de CO2 e consumo de energia por passageiro transportado; a pontualidade e agilidade do sistema; a absorção de tecnologia, geração de emprego e desenvolvimento regional. Quanto ao questionamento que vem sendo feito de que o recurso poderia ser investido em metrô, França acredita que tais inversões não são concorrentes.

### Preocupações

Se não competem, deveriam ser complementares, na opinião de Emiliano Affonso Neto, diretor do Seesp e membro do Conselho Tecnológico desse sindicato. Conforme ele, a integração do TAV com o transporte urbano nos destinos por onde deve passar é um dos desafios ao qual é preciso fazer frente. E os estudos falharam nesse aspecto. O coordenador do Comitê Temático e também diretor desse sindicato, Edilson Reis, destacou a importância de os governos locais investirem nisso. Salientou também outras preocupações e expectativas dos técnicos com o projeto. Entre elas, que este seja um referencial a novos avanços, propiciando ao País atingir patamar mais elevado de modernidade e desenvolvimento e servindo como indutor à recuperação, revitalização e ampliação da malha ferroviária convencional. E que a União, “por meio de convênios de cooperação técnica, dê incentivos para que as empresas nacionais e as instituições invistam em pesquisa e desenvolvimento”. E ainda, que a academia garanta a necessária mão de obra capacitada para atuar no setor metroferroviário.

Para o coordenador do Conselho Tecnológico Estadual do Seesp e diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), a questão da formação é fundamental, nesse caso sobretudo de doutores. “Em 2008, foram apenas 10.700, dos quais 1.500 em engenharia, ou seja, aproximadamente 50 por milhão de habitantes. Na Alemanha, são 300; no Japão, 120.” Ele concluiu: “Se não mudarmos isso, não teremos condição de absorver a tecnologia e vai acontecer com o TAV o mesmo que ocorre na Marinha e no setor aeroviário. Temos fábricas

de aviões e navios, mas não os projetamos. Devemos quebrar esse paradigma para que a gente deixe de ser mestre de obras do planeta.” Roberto Spínola Barbosa, do Departamento de Engenharia Mecânica da Poli-USP, ressaltou em sua preleção que a academia tem contribuição a dar nesse processo.

Ainda na oportunidade, foi apresentada por Cyro de Laurenza, diretor do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva); e Vicente Abate, presidente do Simefre/Abifer (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais Ferroviários e Rodoviários / Associação Brasileira da Indústria Ferroviária), a visão da iniciativa privada acerca do tema. O primeiro destacou a competência da engenharia e arquitetura consultiva para atuar no projeto e o último o defendeu como importante ao desenvolvimento do setor nacional.

## SINDICAL

---

Encerradas as eleições de outubro e retomada a atividade regular no Congresso Nacional, o movimento sindical terá de suar a camisa se quiser ver votadas ainda neste ano matérias de suma importância para os trabalhadores. A opinião é do diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho. Segundo ele, os principais temas pendentes – a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a estabilidade de dirigentes sindicais, o custeio das entidades e o fator previdenciário – exigirão mobilização. “O movimento terá que fazer uma ofensiva muito grande, porque as forças contrárias vão trabalhar para que o Michel Temer (presidente da Câmara dos Deputados, PMDB/SP) não paute. Minha opinião é que haverá uma grande dificuldade para que isso aconteça”, pondera.

Principal objeto da mobilização sindical desde o ano passado, a PEC 231/95, de autoria dos senadores Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais e eleva o pagamento da hora extra normal de 50% para 75%. A proposta foi aprovada na comissão especial em 30 de junho de 2009 e está pronta para votação em plenário, mas não saiu da gaveta desde então, devido à forte resistência do empresariado, que não vê vantagem em termos de avanços sociais, conforme foi manifestado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

A ela, já se contrapôs o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Para a instituição, a jornada de 40 horas, associada à restrição de horas extras, pode criar mais de 2,5 milhões de empregos. Em nota sobre o tema, lembra os diversos benefícios que seriam gerados pela mudança: “A combinação de todos os fatores desencadeados pela redução de jornada sem redução de salários provoca a geração de um círculo virtuoso na economia, combinando a ampliação do emprego, o aumento do consumo interno, a elevação dos níveis de produtividade do trabalho, a melhoria da competitividade do

setor produtivo, a redução dos acidentes e doenças do trabalho, a maior qualificação do trabalhador, a elevação da arrecadação tributária, enfim, um maior crescimento econômico com melhoria da distribuição de renda.”

Outro ponto a demandar grande esforço é o fator previdenciário, cujo fim já foi aprovado pelo Congresso, mas recebeu veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 15 de junho último. De acordo com Toninho, uma alternativa viável para reduzir os danos causados pelo coeficiente que diminui o valor da aposentadoria levando em conta a expectativa de vida seria a sua flexibilização por meio do projeto substitutivo de autoria do deputado Pepe Vargas (PT/RS). Esse mantém a redução do benefício para quem deseja se aposentar sem a idade mínima, mas institui como alternativa as fórmulas 95 e 85, que somam a idade ao tempo de serviço, respectivamente para homens e mulheres, e eliminam o redutor. Além disso, segundo Toninho, o projeto traz outras vantagens aos trabalhadores, como a inclusão na contagem do tempo de serviço de períodos referentes a avisos prévios e seguro-desemprego, a garantia de emprego nos 12 meses anteriores à aposentadoria e não aplicação do fator previdenciário ao segurado deficiente. Também congela a expectativa de sobrevida quando se atinge 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher, permitindo uma redução da incidência do fator, caso o trabalhador resolva se aposentar antes de contemplar as exigências das fórmulas 95 e 85.

## Organização

Ainda considerado fundamental à organização dos trabalhadores é o Projeto de Lei 6.706/09, de autoria de Paim, que veda a dispensa do empregado que concorrer ao cargo de direção ou conselho fiscal de entidade sindical ou de representação, incluindo os suplentes, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato. A matéria, que já foi aprovada no Senado em 16 de dezembro de 2009, está em discussão na Comissão do Trabalho, onde aguarda parecer do relator. O PL é importante para deixar claro o direito à estabilidade dos dirigentes sindicais, eliminando o poder de pressão das empresas contra a sua atuação. Outro assunto que sofre forte oposição, conforme Toninho, e precisará tramitar em regime de urgência para avançar.

Do mesmo autor e tendo passado por iguais trâmites está o PL 6.708/09, que acrescenta um capítulo à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para dispor sobre a contribuição assistencial. O projeto, que tem o objetivo de estabelecer regras mais claras para o custeio das entidades sindicais, também exige pressão para que seja examinado. Caso o poder de fogo dos trabalhadores não seja suficiente para colocar a sua pauta de interesse em votação neste final de ano e essa fique para 2011, a tarefa passará a ser persuadir uma eventual futura administração petista, favorita nas pesquisas eleitorais, avalia Toninho. “O Congresso vai ser muito identificado com a Dilma (Rousseff), caso ela seja eleita. Dificilmente os partidos vão se separar da base por uma questão trabalhista ou sindical. Assim, a definição do Governo será determinante. Será preciso pressionar”, conclui.

# SINDICAL II

---

## AL

### Eleita diretoria à gestão 2011-2013

Ocorreu no dia 10 de setembro o pleito da nova diretoria do Senge-AL para o triênio 2011-2013. Com 100% dos votos válidos, foi eleita a chapa única “Compromisso com os profissionais”, que estará sob o comando do engenheiro civil Disneys Pinto da Silva. “Esse resultado demonstra não só a confiança da categoria na atual direção, mas também uma aposta no trabalho que a chapa propôs de dar continuidade ao que o atual presidente Ailton Pacheco vem realizando ao defender os interesses dos profissionais da categoria e da sociedade”, afirma ele. Compõem a chapa os diretores José Ailton Ferreira Pacheco (vice-presidente); Petrúcio Teixeira Lima (secretário); Fernando José Nascimento de Souza (administrativo); Quitéria Maria Lins Pinheiro (financeira); Adonai de Almeida Seixas Filho (de cultura e divulgação); e Luis Alexandre Silva Farias (de relações intersindicais).

## MA

### Candidatos ao Governo recebem carta aberta

A direção do Senge-MA entregou “Carta aberta aos candidatos ao Governo do Estado nas eleições de 2010” ao pleiteante ao cargo Josivaldo Correa (PCB) e a Miosotis Lúcio (PPS), que disputa como vice na chapa de Flávio Dino (PCdoB). O documento solicita apoio ao Fórum Metropolitano da Grande São Luís. Divulgada nos dois jornais de maior circulação na cidade, objetiva sensibilizar o futuro governador a criar a gestão democrática e compartilhada para organizar em conjunto ações de todos os municípios que a integram. O Senge vem contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas a serem aplicadas nessas cidades desde 2008, quando realizou o seminário Região Metropolitana da Grande São Luís, que culminou com uma carta com o mesmo nome. A iniciativa integra o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE e atualizado em 2009, propugnando por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável, explica a presidente do Senge, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro. Na carta aos candidatos, a entidade defende ainda a Lei 4.950-A/66, que estabelece o salário mínimo profissional, bem como a ocupação por pessoal habilitado de cargos e funções da administração direta que exijam conhecimento técnico específico de engenharia, arquitetura e agronomia, como prevê a Lei 5.194/66 e a Resolução do Confea 430/99. Segundo ela, ocorreram encontros do fórum nas cidades de São José do Ribamar, em 2008, e Paço do Lumiar, em 2009. Os próximos serão nos municípios de Raposa, Alcântara e São Luís.



RS

#### Responsabilidade técnica no serviço público

Mais de 500 profissionais da Prefeitura de Porto Alegre, liderados pelo presidente do Senge-RS, José Luiz Azambuja, iniciaram negociações com o Executivo em audiência com o prefeito José Fortunatti no dia 14 de setembro. No encontro, foi salientado o risco inerente à atuação dessa mão de obra e a necessidade de compensação em seus vencimentos, como já ocorre com outras categorias de servidores da capital gaúcha. Além disso, reivindicaram a criação da verba de responsabilidade técnica a ser incorporada ao salário-base. Na ocasião, Fortunatti definiu a constituição de uma comissão de negociação formada por vários secretários municipais, representantes dos servidores e do sindicato e agendou a primeira reunião, realizada no dia 29 do mesmo mês. A valorização da responsabilidade técnica no serviço público é uma bandeira que o Senge-RS pretende levar a todos os profissionais do Estado. O movimento avança em direção às demais regiões, sendo que em Canoas, na área metropolitana de Porto Alegre, já houve os primeiros encontros com a categoria visando a apresentação de propostas ao Executivo daquela cidade.

GO

#### Entidade propõe alterações em PL

O diretor do Senge-GO, José Luiz Barbosa, encaminhou à bancada dos deputados federais goianos propostas de alteração ao Projeto de Lei 6.463/09, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as contribuições devidas aos conselhos profissionais. O PL regulamenta e atualiza a legislação que trata da fixação e cobrança das anuidades, além de estabelecer limites máximos de contribuição e estipular regras para a fiscalização. Para aprimorá-lo, o Senge propõe, por exemplo, que as multas sejam estabelecidas conforme disposto na lei própria do conselho profissional de cada categoria e detalhado em normas internas. Outra mudança defendida diz respeito ao pagamento da anuidade no valor de até R\$ 250,00 pelos profissionais de nível técnico inscritos em órgãos que congreguem também os de formação superior. Além disso, que seja retirado o terceiro parágrafo do artigo 11, para não inviabilizar a cobrança das dívidas ativas existentes em todos os conselhos.

CE

#### Intercâmbio tecnológico entre Tauá e Moura

O Senge-CE foi uma das 15 instituições cearenses que participaram da 1ª Comitiva de Empreendedorismo, Negócios Sustentáveis e Geminação Ceará--Portugal, promovida pelo Instituto Hidroambiental Águas do Brasil, a Câmara Brasil-Portugal e a Câmara Municipal e a Escola de Formação de Moura, de 9 a 17 de setembro último. Objetivando firmar um processo de geminação entre os municípios de Moura, em Portugal, e Tauá, no Ceará, nos setores energético (especialmente solar), de agronegócios (vinhos, azeites etc.), turismo,

empreendedorismo, formação e ensino, cultura, gestão municipal, cooperação, desenvolvimento, além de ampliar o relacionamento entre os países, a comitiva participou de workshop bilateral Brasil-Portugal, reuniões com a Câmara Municipal de Moura, empresários, visitas técnicas a indústrias, centrais de energia solar e hidrelétrica, feira e do lançamento do Guia de Investimento do Nordeste Brasileiro. Segundo a presidente do Senge, Thereza Neumann Santos de Freitas, como resultado dessa missão, foi assinado um acordo de parceria entre os municípios de Moura e Tauá, bem como assumido compromisso de firmar cooperação técnica para troca de experiências profissionais, cujo documento está sendo elaborado pela escola portuguesa.

## ENTREVISTA

---

É equivocada a ideia corrente de que no Brasil as despesas públicas são elevadas. O que ocorre é uma anomalia na sua distribuição. Os gastos com juros são muito altos e sobra menos para investimento e custeio. Quem explica é o engenheiro e consultor Amir Khair, especialista em finanças públicas. Ele desmistifica nesta entrevista ao Engenheiro argumentos como o de necessidade de ajuste nessas contas. E é categórico: o próximo Governo tem que dar continuidade à política de transferência de renda e reduzir a taxa Selic.

Os gastos públicos são realmente elevados no Brasil?

Não são elevados, estão muito aquém das necessidades do País. O problema é que as pessoas costumam relacionar isso com carga tributária e mostrar que precisa de muita receita para pagar essas despesas. O próprio conceito de gasto não existe, eu uso o de despesa pública, que pode ser classificada em três grupos: custeio, juros e investimentos. Temos um déficit enorme tanto na questão social quanto de infraestrutura e, em oposição, uma despesa jogada no lixo que se chama juros, os quais, nos últimos anos, têm ficado por volta de 5,4% do PIB (Produto Interno Bruto). Na América Latina, estão em torno de 1,6%, nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que são os mais ricos, 1,8%. O Brasil tem essa anomalia em sua economia. Se se reduzisse essa despesa com juros, sobriam mais recursos para gastar com custeio e com investimento.

O que precisa corrigir então?

O Governo Federal deve cerca de R\$ 1,6 trilhão perante o mercado. Mas o que está errado não é o nível, que é até razoável, está por volta de 40% do PIB. É a taxa de juros que incide sobre essa dívida, que é a Selic, a mais alta do mundo em termos reais, mais que o dobro do segundo

colocado, a África do Sul. E essa situação não é de hoje, vem há mais de dez anos. Não dá para um país suportar isso e pagar as tais despesas que são essenciais ao seu desenvolvimento.

Custeio e investimento se situam na faixa de quanto?

Normalmente os investimentos estão por volta de 3 a 4% do PIB, juros, 5,4%, e o setor público tem uma carga tributária da ordem de 34%. Tem um déficit por volta de 3%, então a despesa total está em torno de 37%. O custeio seria cerca de 28%.

E precisaria aumentar?

Não em relação ao PIB necessariamente. A chave do sucesso das finanças públicas passa pelo crescimento da economia.

E o argumento de necessidade de atrelar reforma tributária ao ajuste nos gastos públicos para conter alta de impostos?

O que deve regular a despesa pública é a Constituição do País, que estabelece os deveres da União, estados e municípios perante a sociedade. A carga tributária está vinculada a essas obrigações, mas não é usada integralmente, subtraem-se os juros. Nossa carga é de 34%, você tira 6%, sobram 28% para custeio. Na Europa, está por volta de 40%, tiram-se 2% para juros, tem-se 38%. Há uma diferença muito grande. O problema não está nessa pauta colocada pelos setores mais liberais, que querem a diminuição do Estado. Eles olham o tamanho, não a distribuição, e é essa que interessa. A reforma tributária deveria se preocupar com quem paga a conta do Governo, que em geral é a população mais pobre. Quem recebe até dois salários mínimos paga cerca de 49% do seu ganho em tributos; quem ganha acima de 30 paga apenas 26%, há uma injustiça tributária, e essa questão não é levantada nas discussões.

Há aqueles que alegam que os serviços públicos são muito ruins e que é preciso reduzir os gastos, que não se justificariam. Não seria o caso de melhorar sua eficiência, ao invés de diminuir essas despesas?

Além de melhorar o serviço, que é uma obrigação, a gente precisa racionalizar e priorizar a despesa pública, tornando-a mais eficiente, e dar a pancada imediata nos juros. Nada justifica que o Copom (Comitê de Política Monetária) eleve a taxa de juros? De jeito nenhum. O Copom melhorou muito em relação ao Governo FHC, em que a média na taxa deu 24%; agora vai dar por volta de 12%, a metade. Mas os países emergentes, numa situação semelhante a nossa, podem trabalhar com 5%. Se reduzir dos 10,75% para 5%, tem-se uma economia de 3% do PIB.

As transferências de renda pesam nesse sentido?

Pesam. A transferência principal é a Previdência Social, que está atingindo neste ano R\$ 254 bilhões, o que representa 7,1% do PIB. Depois tem o bolsa-família, o benefício de prestação continuada e outros programas sociais cuja soma é pequena. Se fizesse uma economia em juros de 3%, eu jogaria esse percentual na área social. É um dinheiro que é injeção na veia do consumo e volta conseqüentemente para produção e crescimento econômico.

Essa seria uma das grandes questões a serem enfrentadas pelo futuro Presidente da República?

Vejo como elementos estratégicos para um desenvolvimento socioeconômico a continuidade dessa política de botar dinheiro na base da pirâmide, o fortalecimento do papel do Estado na economia e a redução rápida da taxa de juros para sobrar mais recursos. Essa é questão prioritária, na minha opinião, a primeira medida a ser enfrentada pelo novo Governo.

## C&T

---

Lançado em setembro último, o Sisbiota-Brasil (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade) pretende fomentar pesquisa científica para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira. Outro objetivo é melhorar a capacidade do País de proteger o seu patrimônio biológico natural frente às mudanças globais, associando formação de recursos humanos, educação ambiental e divulgação do conhecimento científico.

Com aporte inicial de R\$ 51,7 milhões, a rede nacional de pesquisa é uma iniciativa conjunta entre os ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e de 18 fundações de amparo à pesquisa estaduais.

O edital que regulamenta o processo de financiamento do Sisbiota-Brasil será dividido em três chamadas. A primeira visa preencher lacunas do conhecimento financiando projetos individuais que elaborem sínteses sobre todos os grupos taxonômicos de vertebrados, invertebrados, plantas e micro-organismos. O valor máximo de cada trabalho será de R\$ 600 mil, dependendo do bioma a ser investigado.

Já a segunda é direcionada à pesquisa em redes temáticas, e as propostas deverão abranger um ou mais biomas e contemplar preferencialmente estratégias para a valorização da biodiversidade e dos produtos e serviços. Nessa fase, cada projeto poderá contar com R\$ 2 milhões para o financiamento de novas pesquisas e R\$ 1 milhão para trabalhos que integrem

programas já existentes. A terceira chamada visa também pesquisa em redes temáticas, mas com foco na compreensão e na previsão de respostas da biodiversidade às mudanças climáticas e de uso e cobertura da terra. Cada projeto terá no máximo R\$ 650 mil de recursos.

### Iniciativas

A elaboração do novo sistema foi baseada na experiência do Programa Biota-Fapesp, criado em 1999 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Através de pesquisas em caracterização, conservação e uso sustentável da biodiversidade paulista, esse programa englobou 94 projetos que descreveram mais de 1,8 mil novas espécies e levantaram informações sobre outras 12 mil.

De acordo com a coordenadora-geral do Programa de Ciências da Terra e Meio Ambiente do CNPq, Eliana Fontes, existem várias iniciativas no País com o objetivo de promover o conhecimento sobre a biota. Entre elas, o Probio (Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira), o PPBio (Programa de Pesquisa em Biodiversidade) e o próprio PAC C,T&I (Programa de Aceleração do Crescimento para Ciência, Tecnologia e Inovação), lançado em 2007, que inclui o tema como estratégico. “Os programas de fomento em andamento são bem estruturados, mas é essencial buscar a ampliação da competência técnico-científica e abrangência temática e geográfica das pesquisas de modo mais convergente e articulado”, opina.

Nesse sentido, Eliana Moraes de Abreu, diretora técnico-científica da Fapepi (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí), acredita que uma das vantagens do Sisbiota-Brasil é justamente a oportunidade de articular instituições, pesquisadores e outros atores da sociedade. “Será possível avaliar a eficácia das políticas públicas e das estratégias de conservação, fortalecer os cursos de pós-graduação nas áreas relacionadas à biodiversidade e contribuir para a disseminação do conhecimento sobre essa importante riqueza nacional”, afirma. Na concepção de Odenildo Sena, diretor-presidente da Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) e secretário estadual de Ciência e Tecnologia do Amazonas, um país que desconhece a sua biodiversidade só tem a perder. “Finalmente, a biota significa riqueza. Se não tivermos conhecimento e domínio, excluiremos a possibilidade de tirar proveito científico, social e econômico”, salienta.

### Desafios

Conforme Adriana Dias, coordenadora de projetos da Fapescc (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina), mais de 80% da biodiversidade brasileira é desconhecida. “É um patrimônio que pode ser utilizado tanto nos serviços ambientais de manutenção de clima, de qualidade de água, de contenção de encostas, como também nos tecnológicos, ajudando na cura de algum tipo de doença, na indústria de cosméticos, entre outros processos inovadores. Basta conhecê-lo e desenvolvê-lo”, menciona.

Outro desafio, segundo Dias, é o compartilhamento dos resultados pelos pesquisadores e a continuidade dos projetos. “Temos que aprender a trabalhar estrategicamente em rede, caso contrário, não daremos o salto de um país desenvolvido que está interessado em proteger a sua biodiversidade e converter essa riqueza em benefícios para a sociedade”, alerta.

Aprovando as linhas de pesquisa do Sisbiota-Brasil, Marco Aurélio Cabral Pinto, professor da Escola de Engenharia da UFF (Universidade Federal Fluminense) e autor da nota técnica sobre C,T&I nas duas edições do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançadas em 2006 e 2009 pela FNE, aponta a necessidade de estruturação de novos centros de pesquisa, integrados com projetos de educação média e fundamental com as populações locais. “Temos que planejar um programa de grande envergadura que combine esforço de implementação do Código Florestal e pesquisa científica e tecnológica”, conclui.

O edital recebe propostas até o dia 18 de outubro, via Internet, e os resultados serão divulgados em novembro. A contratação dos aprovados terá início em dezembro. É possível obter mais informações e o formulário eletrônico pela Internet .